

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início   Ações 1º Grau   Ações 2º Grau   Parecer   Citações   Intimações   Audiências   Sessões 2º Grau   Buscas   Estatísticas   Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 2665741720200316162934

Processo 0811825-95.2019.8.23.0010 ☆ - (335 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário  
Assunto Principal: 9597 - Seguro  
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

Ocultar Movimentos:

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

☐ Advogado

☐ Defensor Público

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):

ao

Data do Movimento(Período):

à

Descrição:

47 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 47

500 por pág.

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<div><div></div></div> 47	16/03/2020 16:29:34	<div>JUNTADA DE PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO</div> <div>Cumprimento de intimação - Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (28/02/2020)</div>	<div>JOÃO ALVES BARBOSA FILHO</div> <div>Procurador</div>
<div><div><div>47.1 Arquivo: Petição</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO</div><div>2591451RECURSODEAPELACAO01.pdf</div><div>Público</div></div><div><div>47.2 Arquivo: GUIA DE ARRECADACAO JUDICIARIA</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO</div><div>2591451RECURSODEAPELACAOAnexo02.pdf</div><div>Público</div></div></div>			
46	03/03/2020 09:39:32	<div>RENÚNCIA DE PRAZO DE ANA VALERIA SOUSA DA SILVA</div> <div>Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (28/02/2020)</div>	<div>SILVINO COELHO GUEDES CORRÊA GONDIM</div> <div>Advogado</div>
45	03/03/2020 09:39:01	<div>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</div> <div>(Pelo advogado/curador/defensor de ANA VALERIA SOUSA DA SILVA) em 03/03/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 41) JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (28/02/2020) e ao evento de expedição seq. 43.</div>	<div>SILVINO COELHO GUEDES CORRÊA GONDIM</div> <div>Advogado</div>
44	02/03/2020 15:25:35	<div>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</div> <div>(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 02/03/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 41) JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (28/02/2020) e ao evento de expedição seq. 42.</div>	<div>JOÃO ALVES BARBOSA FILHO</div> <div>Procurador</div>
43	28/02/2020 12:34:28	<div>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</div> <div>Para advogados/curador/defensor de ANA VALERIA SOUSA DA SILVA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 41) JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (28/02/2020)</div>	<div>RAFAEL DE ALMEIDA COSTA</div> <div>Analista Judiciário</div>
42	28/02/2020 12:34:28	<div>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</div> <div>Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 41) JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO (28/02/2020)</div>	<div>RAFAEL DE ALMEIDA COSTA</div> <div>Analista Judiciário</div>
<div><div></div></div> 41	28/02/2020 09:39:52	<div>JULGADA PROCEDENTE EM PARTE A AÇÃO</div>	<div>Rodrigo Bezerra Delgado</div> <div>Magistrado</div>
<div><div></div></div> 40	06/02/2020 14:29:20	<div>EXPEDIÇÃO DE LEVANTAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS</div> <div>Referente ao evento (seq. 31) JUNTADA DE LAUDO(24/09/2019 11:24:56). Identificador do Cumprimento: 0002</div>	<div>PATRICIA DE SOUZA WICKERT</div> <div>Analista Judiciário</div>
<div><div></div></div> 39	30/01/2020 10:55:34	<div>JUNTADA DE CERTIDÃO</div>	<div>PATRICIA DE SOUZA WICKERT</div> <div>Analista Judiciário</div>
38	08/11/2019 17:29:22	<div>CONCLUSOS PARA SENTENÇA</div> <div>Responsável: JARBAS LACERDA DE MIRANDA</div>	<div>RAFAEL DE ALMEIDA COSTA</div> <div>Analista Judiciário</div>
37	17/10/2019 00:03:26	<div>DECORRIDO PRAZO DE ANA VALERIA SOUSA DA SILVA</div> <div>(P/ advgs. de ANA VALERIA SOUSA DA SILVA *Referente ao evento (seq. 31) JUNTADA DE LAUDO(24/09/2019) e ao evento de expedição seq. 33.</div>	<div>SISTEMA CNJ</div>
<div><div></div></div> 36	16/10/2019 15:18:18	<div>JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE</div> <div>Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (24/09/2019)</div>	<div>JOÃO ALVES BARBOSA FILHO</div> <div>Procurador</div>
35	28/09/2019 09:52:00	<div>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</div> <div>(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 30/09/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 31) JUNTADA DE LAUDO (24/09/2019) e ao evento de expedição seq. 32.</div>	<div>JOÃO ALVES BARBOSA FILHO</div> <div>Procurador</div>



**EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR**

**Processo n. 08118259520198230010**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANA VALERIA SOUSA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 6 de março de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**

**PROCESSO ORIGINÁRIO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA / RR**

**Processo n.º 08118259520198230010**

**APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**

**APELADA: ANA VALERIA SOUSA DA SILVA**

**RAZÕES DO RECURSO**

**COLEDA CÂMARA,**

**INCLÍTOS JULGADORES,**

Conforme apresentado na peça de bloqueio, a parte autora, ora Apelada, encontrava-se inadimplente com o prêmio do seguro, quando da ocorrência do sinistro, motivo pelo qual não há cobertura para o mesmo.

**DA AUSÊNCIA DE COBERTURA**

Não se verifica no caso em tela a cobertura do Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT, vez que a parte Apelada proprietária do veículo encontra-se inadimplente com o pagamento do prêmio do seguro obrigatório.

Resta comprovado nos autos que o veículo causador do acidente é de propriedade da própria vítima reclamante da indenização.

The image shows two documents side-by-side. The left document is a 'CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO' (CRLV) issued by the 'REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL' and 'DETRAN/RR'. It contains the following information: N° 012833600625, DA 00472184792, ANO 2011, ANO 2016, ANA VALERIA SOUSA DA SILVA, 774.949.462-48, NAD06176, 9C23C4820BR098625, PAS/MOTONETA/NAO APLIC., ALCO/BASOL, HONDA/BIZ 125 ES, 2011, 2011, 2P20124CC/, PARTICI, PRETA, 24/01/2017, SEN. RESERVA DE DOMÍNIO, BOA VISTA-RR, 10/03/2017, Diretor-Presidente. The right document is a 'BILHETE DE SEGURO DPVAT' (DPVAT Insurance Policy) for the year 2016, issued by 'SEGURADORA LIDER - DPVAT'. It contains the following information: RR N° 012833600625, 2016, 774.949.462-48, NAD06176, 00472184792, HONDA/BIZ 125 ES, 9C23C4820BR098625, PRÊMIO TARIFÁRIO, R\$129.04, R\$14.34, R\$143.38, R\$4.15, R\$1.11, R\$292.01, 24/01/2017, 012833600625, 074922467311.

Conforme telas abaixo, podemos verificar que o apelado encontrava-se inadimplente na época do sinistro, vindo a realizar o pagamento do seguro somente a mais de um ano do acidente, não fazendo jus ao recebimento da indenização:

Seguro DPVAT

## Consulta a Pagamentos Efetuados

**Sua busca por placa: NAO6176 UF: RR CATEGORIA: 09\***

	Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento
+	2019	R\$84,58	Quitado	
-	2018	R\$185,50	Quitado	

Data Pagamento	Valor Pago
25/10/2019	R\$185,50

	Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento
+	2016	R\$292,01	Quitado	
+	2012	R\$164,64	Quitado	

(\*) Motocicleta

[Voltar](#) [Imprimir](#)

**ACESSIBILIDADE**

**COMO PEDIR INDENIZAÇÃO**

- Documentos Despesas Médicas
- Documentos Invalidez Permanente
- Documentos Morte
- Dicas Indispensáveis

Seguro DPVAT

## Calendário de pagamento

Selecione as opções abaixo para acessar o calendário de pagamento do Seguro DPVAT:

Exercício UF Final da Placa Categoria(Saiba mais) Pagamento

2018 RR 6 9 À vista [Consultar](#)

**Categoria: 9**

Final da Placa	Vencimento			
	IPVA (COTA ÚNICA)	Com Desconto?	DPVAT	Licenciamento
6	-	-	30/04/2018	30/04/2018

RR: TABELA DE VENCIMENTO DO IPVA E DO SEGURO DPVAT DE 2018

**ACESSIBILIDADE**

**COMO PEDIR INDENIZAÇÃO**

- Documentos Despesas Médicas
- Documentos Invalidez Permanente
- Documentos Morte

É cristalino que a parte Apelada não preenche os requisitos necessários para ser indenizada em razão da mora do pagamento do Seguro DPVAT. Assim, não há em que se cogitar cobertura securitária para o caso concreto, conforme Resolução 273/2012<sup>1</sup>.

Como qualquer outro seguro, o DPVAT é um contrato aleatório, onde a seguradora, mediante uma contraprestação pecuniária, assume a responsabilidade de indenizar o segurado na hipótese de ocorrido o sinistro.

Por certo, o inadimplemento por parte dos proprietários de veículos, gera um desequilíbrio no provisionamento, ao passo que a seguradora não recebeu o pagamento que lhe era devido. Assim, a ausência de quitação do prêmio, inviabiliza a manutenção regular do contrato, ensejando um aumento nos valores do prêmio, a fim de harmonizar o balanço atuarial da seguradora, onerando os demais proprietários.

<sup>1</sup> Art. 12º. O Seguro DPVAT garante cobertura por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. § 7º fica dispensado o pagamento da indenização ao proprietário inadimplente.

Ademais, se deve frisar o caráter social do Seguro DPVAT, evidenciado pela destinação do prêmio pago pelos proprietários de veículos automotores. Digno de destaque, que o valor pago a título de prêmio é rateado de forma que 45% dos valores arrecadados são direcionados ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, para custeio de tratamento de vítimas de acidente na rede pública, no Sistema Único de Saúde-SUS e 5% são destinados aos programas educativos que buscam prevenir a ocorrência de novos acidentes.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Conforme antedito, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Assim, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça buscou, tão somente, resguardar o direito de terceiros quando não realizado o pagamento do prêmio pelo causador do sinistro.

Portanto, feita a devida análise nos precedentes da súmula 257, STJ, quais sejam: REsp 200838/GO; REsp 67763/RJ; e REsp 144583/SP, temos que a mesma trata de situações jurídicas distintas, quando confrontado ao teor Resolução 273/2012 do CNSP, conforme quadro comparativo que segue:

RESOLUÇÃO 273 /2012 DO CNSP	SÚMULA 257, STJ
Exclui da cobertura a vítima, quando esta for proprietária do veículo causador do acidente, estando este inadimplente.	Garante o recebimento do seguro a TERCEIROS vítimas de sinistro causado por proprietário de veículo inadimplente.

Consigne-se, por oportuno, que a interpretação que deve ser dada à Súmula 257, STJ, corroborando com a exegese do art.7º, §1º da Lei 6.194/74<sup>2</sup>, garante à seguradora consorciada o direito de regresso em face do proprietário inadimplente em caso de eventuais valores que se desembolsem com as vítimas de sinistros quando o evento for causado por proprietários inadimplentes.

Ora, se o §1º do art. 7º da Lei 6.194/74 prevê o direito de regresso em face do proprietário inadimplente, e houvesse condenação da Seguradora em indenizar o referido proprietário, a parte autora figuraria tanto como credora, como devedora dos valores indenizatórios.

Deste modo, forçoso aplicar o instituto da compensação e a consequente extinção das obrigações, de acordo com o Art. 368 do Código Civil<sup>3</sup>.

Pelo exposto, merece reforma a r. decisão atacada, vez que não deve ser imputada à Apelante qualquer indenização pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação de indenizar.

<sup>2</sup> Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei. § 1º O consórcio de que trata este artigo poderá haver regressivamente do proprietário do veículo os valores que desembolsar, ficando o veículo, desde logo, como garantia da obrigação, ainda que vinculada a contrato de alienação fiduciária, reserva de domínio, leasing ou qualquer outro.

<sup>3</sup> Art. 368. Se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem.

### **CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso.

Restando incontestado a ausência de cobertura para o sinistro noticiado, ante a ausência de pagamento do prêmio do Seguro DPVAT, se impõe o provimento deste recurso, com a consequente improcedência da presente ação.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 6 de março de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**

## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SIVIRINO PAULI**, inscrito na **101-B - OAB/RR** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ANA VALERIA SOUSA DA SILVA**, em curso perante a **3ª VARA CÍVEL** da comarca de **BOA VISTA**, nos autos do Processo nº 08118259520198230010.

Rio de Janeiro, 6 de março de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/RR 451-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



86640000000-0 48880574106-0 02020032400-0 10200046128-9

**GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA**

Órgão: <b>FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA</b>	CNPJ: <b>05.741.060/0001-89</b>	Agência: <b>3797-4</b>	Conta: <b>51669-4</b>	Valor do Documento: <b>R\$ 48,88</b>	Vencimento: <b>24/03/2020</b>
Comarca: <b>BOA VISTA</b>	Nº G.A.J.: <b>010.20.0046128</b>	Valor da Causa: <b>R\$ 13.500.00</b>	Processo: <b>0811825-95.2019.8.23.0010</b>		
Contribuinte: <b>Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/a</b>				CPF/CNPJ: <b>09.248.608/0001-04</b>	

Autenticação Mecânica



86640000000-0 48880574106-0 02020032400-0 10200046128-9

**GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA**

Órgão: <b>FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA</b>	CNPJ: <b>05.741.060/0001-89</b>	Agência: <b>3797-4</b>	Conta: <b>51669-4</b>	Valor do Documento: <b>R\$ 48,88</b>	Vencimento: <b>24/03/2020</b>
Comarca: <b>BOA VISTA</b>	Nº G.A.J.: <b>010.20.0046128</b>	Valor da Causa: <b>R\$ 13.500.00</b>	Processo: <b>0811825-95.2019.8.23.0010</b>		
Contribuinte: <b>Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/a</b>				CPF/CNPJ: <b>09.248.608/0001-04</b>	

Descrição das receitas

01. APELAÇÃO
02. Taxa Judiciária II

Valor R\$

R\$ 18,88  
R\$ 30,00

OBS.:

**PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCO DO BRASIL OU PAP – CORRESPONDENTE BANCO DO BRASIL  
CASO A PARTE SEJA AMPARADA POR SIGILO PROCESSUAL, O CONTRIBUINTE DEVERÁ PROVAR, OBRIGATORIAMENTE,  
NO PROCESSO DE ORIGEM DESTES PAGAMENTOS, AS INFORMAÇÕES DE QUITAÇÃO DESTA GUIA COM A JUNTADA DE  
COMPROVANTE BANCÁRIO CONTENDO O CÓDIGO DE BARRAS DA GUIA.**

**R\$ 48,88**

Autenticação Mecânica





## Guia - Ficha de Compensação

Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO		AGÊNCIA (PREF / DV)	Nº DA CONTA JUDICIAL
	11/03/2020		0	0
DATA DA GUIA	Nº DO PROCESSO			
11/03/2020	08118259520198230010			
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
RR	Vara Cível	RÉU	48,88	
NOME DO RÉU/IMPETRADO	TIPO DE PESSOA		CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	Jurídica		09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE	TIPO DE PESSOA		CPF / CNPJ	
ANA VALERIA SOUSA DA SILVA	FÍSICA		77494946268	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
3191C7CEE8D6F643				
CÓDIGO DE BARRAS				
86640000000 0 48880574106 0 02020032400 0 10200046128 9				